



O ACESSO DAS MULHERES AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS

Aurinéia Cândida dos Santos¹
Anderson de Almeida Barros²
Andréa Karla Ferreira Nunes³

GT 12 – História da Educação.

RESUMO

A construção do modelo atual de educação no Brasil percorreu um longo caminho histórico, que nem sempre esteve favorável à educação acadêmica feminina. Atualmente, o Estado brasileiro procura investir em políticas públicas que contribuam para democratizar o acesso ao ensino superior. Diante do exposto, este artigo busca responder a seguinte questão: Qual o perfil das mulheres discentes que ingressaram no ensino superior da Uneal em 2021.1? Para alcançar o objetivo proposto, o artigo traz uma abordagem qualiquantitativa com revisão teórica de dados principalmente da Uneal a partir de dados do ano de 2021. Como resultado da pesquisa pode-se ver que à trajetória educacional da mulher brasileira, de modo geral, passou por uma ascendente evolução, principalmente com crescente quantidade de matrículas de discentes mulheres no século XX, período em que a mulher (discente) tornou-se presença majoritária em todos os níveis de escolaridade, inclusive no ensino superior da UNEAL.

Palavras-chave: Brasil. Discente. Ensino Superior. Mulher. Reflexão.

ABSTRACT

The construction of the current education model in Brazil has come a long way in history, which has not always been favorable to female academic education. Currently, the Brazilian State seeks to invest in public policies that contribute to democratizing access to higher education. Given the above, this article seeks to answer the following question: What is the profile of women students in higher education who enrolled at Uneal during the period 2021.1? To achieve the proposed objective, the article brings a qualitative and quantitative approach with theoretical review of data mainly from Uneal based on data from the year 2021. As a result of the research, it can be seen that the educational trajectory of Brazilian women, in general, has passed by an upward evolution, mainly with the growing number of enrollments of female students in the 20th century, a period in which women (students) became the majority presence at all levels of education, including higher education at UNEAL.

KEYWORDS:: Brazil. Graduate Student. University Education. Women. Reflection.

¹ Doutoranda em Educação/UNIT; Mestra em Geografia/UFRN; Professora da Educação Básica/PMA-PMM/RN; Supervisora do PIBID-UFERSA/RN; Pesquisadora do GPDACC-CNPq. ORCID: 0000-0001-9460-0004. E-mail: aurineiaa@gmail.com

² Doutorando em Educação/UNIT; Mestre em Ciências Contábeis/UFPE; Vice-reitor da Uneal/AL; Professor da UFAL/AL; Conselheiro do CRC/AL; Pesquisador do GPDACC-CNPq. ORCID: 0000-0002-1714-5287. E-mail: anderson.barros@uneal.edu.br

³ Pós-doutora em Educação pela Universidade de Salamanca - Espanha; Professora titular do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes; Líder do Grupo de Pesquisa Docência, Avaliação, Currículo e Contemporaneidade (GPDACC-CNPq). ORCID: 0000-0002-5833-2441. E-mail: andreaknunes@gmail.com



INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos a política educacional brasileira passou por diversas transformações com vistas a atender os anseios políticos e sociais vigentes de acordo com a conjectura de cada momento histórico. Desta tessitura, depreende-se que a legislação educacional brasileira nem sempre foi favorável à educação feminina.

Destarte, estudar o itinerário da construção do modelo educacional brasileiro e os desafios postos para a educação superior, permite compreender os reais motivos que impediram um desenvolvimento pleno educacional e causaram defasagem ao referido modelo de ensino por muito tempo. Haja vista que as transformações sociais que moldaram a educação brasileira para chegar ao modelo que se conhece hoje percorreram um longo caminho histórico, que podem ser representados pelas leis, pelo planejamento, pelo financiamento e pelos programas educacionais que mostram a ação do Estado.

Outrossim, a construção do modelo educacional brasileiro foi influenciada por diversos atores, principalmente pelo contexto histórico de seu descobrimento, visto que inicialmente o Brasil foi colônia de Portugal.

No que concerne à desigualdade de gênero, os colonizadores que no Brasil desembarcaram simplesmente não fizeram diferente do que já conheciam do papel da mulher na sociedade europeia. Ou seja, relacionaram a ela um lugar de inferioridade na hierarquia social. Deste contexto, Ribeiro (2000, p. 79) destaca que “A tradição ibérica, transposta de Portugal para a colônia brasileira, considerava a mulher um ser inferior, que não tinha necessidade de aprender a ler e escrever”. Deveras, não foi por acaso que as mulheres tardiamente conseguiram legalmente o direito a instrução escolar no Brasil.

Diante do exposto, este artigo busca responder a seguinte questão: Qual o perfil das mulheres discentes que ingressaram no ensino superior da Uneal em 2021.1? Para alcançar o objetivo proposto, o artigo traz uma abordagem quali-quantitativa, no qual se faz uma revisão teórica a respeito do itinerário da oferta da educação para mulheres, no Brasil, até a sua presença atual no ensino superior, direcionando-se a pesquisa para uma investigação na base de dados dos registros da Uneal do ano de 2021.1.



O ACESSO DA MULHER AO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: UM ENSAIO DOS ASPECTOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS

O período colonial brasileiro foi um período formado por uma sociedade aristocrática, escravocrata e latifundiária, sustentada por uma economia agrícola. Neste período, o poder dos donos de terra era quase ilimitado, eles dominavam com forte autoritarismo tudo que estivesse dentro da grande propriedade e, inclusive, em algumas situações fora dela. Tais características auxiliaram na construção de uma sociedade extremamente patriarcal que marcaria negativamente por muito tempo a sociedade brasileira, influenciando de forma prejudicial o acesso das mulheres à educação e, posteriormente, o acesso à educação superior.

Destarte, poder-se-ia ver que o papel da mulher no contexto do início do Brasil colônia não passava de cuidadora do lar, do marido e dos filhos. Portanto, neste contexto, não haveria necessidade de ela aprender outra coisa que não estivesse relacionada aos trabalhos domésticos e maternos.

Nessa tessitura, o primeiro modelo educacional no Brasil, com um processo sistematizado, foi empreendida pelos jesuítas de 1549 até 1759. Ainda no período colonial, eles estabeleceram os caminhos para que posteriormente a educação brasileira fosse se estruturando.

Um observador desatento poderia pensar que o objetivo maior dos Jesuítas seria educar a população nativa. Sendo assim, logo estariam alinhadas suas ideias aos pensamentos de Comenius (2001, p. 33): “Todos aqueles que nasceram homens é necessária a educação. Porque é necessário que sejam homens, não animais ferozes, nem animais brutos, nem troncos inertes”.

Contudo, analisando-se melhor os fatos do período colonial brasileiro pode-se ver que os jesuítas eram padres, e faziam parte de uma ordem religiosa católica chamada Companhia de Jesus. Neste contexto, eles não trabalhavam com o objetivo de ensinar tudo a todos, mas sim disseminar a fé católica pelo mundo, inclusive nas terras brasileiras.

Outrossim, na questão específica do Brasil, além de cristianizar as populações indígenas do território colonial, Ribeiro (1998) diz que a Coroa portuguesa contou com a colaboração da Companhia de Jesus para ajudar a colonização brasileira. Ainda se corroborando com este pensamento, Raymundo (1998, p. 43) cita:

A Ordem dos Jesuítas é produto de um interesse mútuo entre a Coroa de Portugal e o Papado. Ela é útil à Igreja e ao Estado emergente. Os dois pretendem expandir o mundo, defender as novas fronteiras, somar forças,



integrar interesses leigos e cristãos, organizar o trabalho no Novo Mundo pela força da unidade lei-rei-fé.

Portanto, depreende-se que os jesuítas vieram para o Brasil devido as negociações entre a coroa portuguesa, junto à ordem missionária católica da Companhia de Jesus para empreender esforços educacionais dirigidos para catequizar os indígenas, difundindo-se a crença cristã entre os nativos para facilitar o processo de colonização da nova terra descoberta. Tais características seriam facilmente reprovadas por Froebel (2001 p.33), visto que “A educação não tem de favorecer o desenvolvimento de uns-membros à custa de outros, nem o cultivo de umas atitudes tem de prejudicar as demais”.

Ainda em relação ao Brasil colonial, pode-se dizer que a institucionalização da educação do referido período ainda não era efetivada, porém foi se configurando à medida que as forças políticas portuguesas estabeleciam decisões sobre sua colônia, sobretudo, ao passo que as necessidades surgiam.

Ademais, por conta do tradicionalismo e resistência ao novo modelo de ensino que seria imposto por Sebastião José de Carvalho, o Marquês de Pombal, os jesuítas acabaram sendo expulsos das terras lusitanas. Depreende-se também do referido contexto de expulsão dos jesuítas, que um dos motivos teria sido por conta da formação cristã dos missionários, que não se preocupavam com os interesses do Estado Português, visto que priorizavam os interesses religiosos em detrimento de quaisquer outros.

Por conseguinte, “Depois de Pombal ter eliminado a Companhia de Jesus e suas escolas em Portugal e em todos os domínios da metrópole, ele começou a implementar sua própria política educacional” (SANTOS, p. 85), baseada nas ideias de Luís António Verney⁴.

Deste contexto histórico, é válido destacar que um ponto das reformas estabelecidas pelo Marquês de Pombal representou legalmente a primeira tentativa de instrução feminina no Brasil. Apesar de as mulheres não poderem estudar o mesmo conteúdo escolar que era ensinado aos homens, oficialmente foi permitido a elas frequentar salas de aulas (separadas por sexo); além disso, o magistério público surgiu como mercado de trabalho para elas, que poderiam dar aulas apenas para moças.

Destarte, as transformações que marcaram a educação escolar no período colonial,

⁴ Luís António Verney foi um erudito lusitano que se alçou-se como uma importante figura iluminista do século XVIII principalmente por ter tido coragem de divergir do modelo de ensino implantado pelos jesuítas. Suas ideias inspiraram profundamente o Marquês de Pombal, que valendo-se do poder que possuía a época, buscou transformar o modelo de ensino no reino de Portugal e em todos os seus domínios ultramarino



ou seja, a educação regular e mais ou menos institucional de tal época, dividiu-se em três fases: a de predomínio dos jesuítas, a das reformas do Marquês de Pombal e o período da vinda da Corte Portuguesa para o Brasil (1808-1821) (GHIRALDELLI, 2015).

Com a chegada da Família Real em 1808, o Brasil apresentou desenvolvimento cultural considerável, mas o direito a educação plena permanecia restrito a poucos. Por exemplo, com relação a educação das mulheres, pode-se dizer que pouca coisa mudou. Visto que a educação feminina de forma geral continuava voltada para cuidadora do lar e em outras vertentes não envergonhar seus pais ou maridos ao aparecer em público. Segundo Aragão e Kreutz (2010, p. 109), “desde o período colonial, a educação feminina era restrita ao lar e para o lar, ou seja, aprendiam atividades que possibilitassem o bom governo da casa e dos filhos”.

Em 1822, o Brasil se torna independente de Portugal e nesta contextura os seus governantes estabeleceram ensino primário como responsabilidade do Estado e possibilidade de ofertá-lo, com algumas restrições, para as meninas. Além disso, percebeu-se por parte dos governantes significativa preocupação em resolver a questão do ensino superior.

No ano de 1824 foi promulgada a primeira constituição do Brasil. Nela estavam propostos: o ensino primário gratuito extensivo a todos, mas o secundário ainda era privilégio da elite; outrossim, a constituição de 1824 introduziu colégios e universidade como direitos civis e políticos. Cabe ressaltar que as populações negras e indígenas estavam excluídas do acesso ao ensino ao qual se referiu a constituição de 1824.

Apesar do avanço da constituição de 1824, o ensino secundário ainda era privilégio de poucos e somente com a lei promulgada em 15 de outubro de 1827 que houve a primeira legislação específica sobre ensino primário. Inclusive, foi através da lei de 1827 que foram criadas as Escolas de Primeiras Letras, como uma tentativa de expandir a formação e a instrução primária no império. As escolas de primeiras letras acabaram sendo oficializadas, mas as mulheres, além de não terem acesso a todas as disciplinas que eram permitidas aos homens, eram obrigadas a aprender as artes do lar e não cursavam o ensino secundário, pois era exclusivo para preparar os meninos para o ensino superior (ALVES, 2021).

Perto do final do século XVIII, a disponibilidade de acesso ao ensino superior continuava sendo vetada às mulheres, posto que os exames de acesso eram praticamente restritos aos homens. Deste contexto, Beltrão e Alves (2009, p. 128) narram que o:

decreto imperial que facultou à mulher a matrícula em curso superior data de



1881. Todavia, era difícil vencer a barreira anterior, pois os estudos secundários eram essencialmente masculinos, além de caros e os cursos normais não habilitavam as mulheres para as faculdades.

Em 1891, houve uma descentralização do ensino. Neste caso, a União ficou responsável pela criação e o controle de instituições de ensino secundário e superior. Neste período, houve grande expansão quantitativa do sistema educacional brasileiro. Deste contexto, Martins (2002, p. 4) ressalta que “Até o final do século XIX existiam apenas 24 estabelecimentos de ensino superior no Brasil com cerca de 10.000 estudantes.”

A partir da Constituição da República (1891), a legislação permitiu que a iniciativa privada criasse seus próprios estabelecimentos de ensino superior. Neste contexto, os percussores desta empreitada foram as elites locais e confessionais católicas.

Outro marco importante para educação brasileira ocorreu em 1920 através da publicação do Decreto nº 14.343, neste contexto foi criada a primeira Universidade do Brasil: a Universidade do Rio de Janeiro (URJ). De acordo com Souza (2019), embora as Instituições de Ensino Superior (IES), que se uniram para formar a URJ, funcionassem de forma isolada, sem integração entre suas áreas, ocorreu uma junção da Escola Politécnica, da Escola de Medicina e da Faculdade de Direito para reestruturarem-se no modelo de universidade. Para Teixeira (1989 *apud* Martins, 2002, p. 4), “o sistema educacional brasileiro apresentou uma considerável evolução, passando de 24 escolas isoladas para 133, das quais 86 escolas foram criadas apenas na década de 1920.”

Para o contexto mundial, foi no século XX que o ensino se tornou obrigatório e gratuito em diversos países. Já no Brasil, este período foi marcado pela grande expansão do acesso ao ensino superior, que favoreceu a todos os estudantes. Diversos fatores contribuíram para a ascensão das matrículas neste período.

Logo na primeira metade do século XX, foi ofertado a elas o direito ao voto, a partir da legislação de 24 de fevereiro de 1932, por conta de um Decreto Lei lançado pelo Presidente Getúlio Vargas. Para Beltrão e Alves (2009, p. 133), os “políticos tinham interesse na alfabetização geral da população, em especial das mulheres, pois somente as pessoas alfabetizadas podiam votar”. Tais características aumentavam a pressão para escolarização feminina.

Da constituição de 1934 em diante, significativos avanços ocorreram na legislação brasileira. Tais avanços germinaram a semente da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961 que



estabelecia as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e fez surgir um currículo mínimo de caráter nacional para todos os cursos de graduação. Contudo, apenas na segunda (1971) e terceira (1996) versões da LDB, que se torna possível enxergar um sistema de ensino mais parecido com o atual.

Entre 1940 e 1960, a população cresceu e passou de 41,2 milhões para 70 milhões de pessoas, representando um crescimento populacional de 70%. Ainda neste mesmo contexto, as matrículas do ensino superior triplicaram, de acordo com Martins (2002, p. 5):

Em 1960, existiam 226.218 universitários (dos quais 93.202 eram do setor privado) e 28.728 excedentes (aprovados no vestibular para universidades públicas, mas não admitidos por falta de vagas)⁵. Já no ano 1969 os excedentes somavam 161.527. [...] no período 1960-1980, com o número de matrículas saltando de aproximadamente 200.000 para 1,4 milhão, $\frac{3}{4}$ partes do acréscimo atendidas pela iniciativa privada⁶. Em finais da década de 1970 o setor privado já respondia por 62,3% das matrículas, e em 1994 por 69%⁷

Depreende-se, deste contexto, que a pressão da demanda estudantil por vagas levou a uma expansão extraordinária no ensino superior brasileiro. Destarte, a década de 1960 foi muito importante para o acesso da mulher ao ensino superior. O forte aumento na quantidade de mulheres no ensino superior na década de 1960 corrobora-se não apenas ao fato do aumento da demanda estudantil no referido período, mas também por conta da sanção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1961, Lei nº 4.024/61, na qual “foi garantida equivalência de todos os cursos de grau médio, abrindo a possibilidade para as mulheres que faziam magistério de disputar os vestibulares” (BELTRÃO; ALVES, 2009, p. 130).

Por conseguinte, Beltrão e Alves (2009, p. 130-131) ainda comentam sobre o favorecimento de acesso à educação feminina, visto que:

registrou-se um grande crescimento das universidades privadas, que ultrapassaram em muito o número de estudantes matriculados na universidade pública. A expansão geral das vagas no ensino brasileiro favoreceu especialmente o sexo feminino.

Depois da década de 1960, mais especificamente 30 anos depois, um levantamento

⁵ CUNHA, L. A. **A expansão do ensino superior: causas e consequências**. Debate e Crítica, n. 5, p. 27-58, 1975.

⁶ MARTINS, Antonio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. Acta Cirúrgica Brasileira [online]. 2002, v. 17, suppl 3 [Acessado 17 Julho 2021], pp. 04-06. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>>. Epub 22 Abr 2003. ISSN 1678-2674. <https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>. Acesso em 15 de julho de 2021.

⁷ SAMPAIO, H. **O ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec, 1999.



do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), realizado no ano 2000, observou que a década de 90 foi marcada pela virada das mulheres, em relação aos homens, em nível de escolarização. Para revigorar os dados, pode-se ver que:

Elas são maioria entre os alunos do ensino médio e do ensino superior e entre os alunos da 5ª à 8ª série do ensino fundamental. Em 1998, elas somavam 56% do total de alunos matriculados no ensino médio e 54% dos alunos do ensino superior. Entre os concluintes, elas também são maioria. Em 1998, eram do sexo feminino: 53,6% dos alunos que concluíam o ensino fundamental, 58,5% do ensino médio e 61,4% do ensino superior (MEC, 2000)

Recentemente, de acordo com dados do Censo da Educação Superior do INEP (2016, 2019), entre o período de 2006 e 2016, a quantidade de matrícula na educação superior aumentou 62,8%, com uma média anual de 5% de crescimento, neste quesito, as mulheres representavam 57,2% dos estudantes matriculados em cursos de graduação no ano de 2016, frente a 56,4% das matrículas em cursos de graduação em 2006. Ainda em 2016, tomando-se por base a população de 25 anos ou mais de idade com ensino superior completo, as mulheres somam 23,5% enquanto os homens somam, 20,7%.

Outra característica interessante que poder ser analisada é o fato de em 2019 as mulheres possuírem uma taxa de conclusão do curso superior melhor do que a dos homens: 43% contra 35%. Aliás, contabilizando-se de 2010 a 2019, em nenhum ano a taxa de conclusão do curso superior da mulher foi inferior a do homem. Isto reflete uma taxa de desistência do seu curso de ingresso menor do que a do sexo masculino (INEP, 2019).

É inegável que o século XX foi o período da grande ascensão do acesso das mulheres ao ensino superior. As diversas reformas educacionais da década de 90 oportunizaram a redução das desigualdades existentes na educação brasileira e equalizaram o acesso da educação para todos. Neste cenário, as mulheres ultrapassaram os homens em nível de escolarização do ensino médio ao ensino superior e algumas séries do ensino fundamental.

UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS ESTUDANTES MATRICULADOS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA UNEAL EM 2021.1

A Universidade Estadual de Alagoas é uma instituição pública localizada na região nordeste do Brasil. No ano de 2006 ela deixa de ser faculdade e é reestruturada em Universidade Estadual de Alagoas, pela lei 6.785/2006. Atualmente, a Uneal é *multicampi*, e sua distribuição



encontra-se na seguinte maneira: Campus I, Arapiraca; Campus II, Santana do Ipanema; Campus III, Palmeira dos Índios; Campus IV, São Miguel dos Campos; Campus V, Zumbi dos Palmares e Campus VI, Maceió.

Como forma de buscar compreender o perfil das discentes matriculadas no ano de 2021.1 e identificar características do gênero feminino, na referida pesquisa foi realizado um levantamento a partir dos dados obtidos através do sistema acadêmico da Uneal. Os dados foram exportados do sistema acadêmico da Uneal a partir do Núcleo de Tecnologia – Nutec. A referência para o estudo foi o relatório de matrícula do ano/semestre 2021.1 gerado no formato Excel, o que possibilitou a melhor tabulação dos dados.

O arquivo inicial possuía 29.333 mil cadastros de alunos com os seguintes dados: nome completo; curso; descrição da unidade (campus de lotação); endereço; telefones (residencial, celular e trabalho); nome dos pais; sexo; data de nascimento; semestre em curso e situação cadastral (desistência, trancamento, bloqueado, cancelado, matrícula). A população deste estudo compreendeu o total de 5.222 alunos que possuíam o *status* de matriculado para o semestre 2021.1.

Para realizar o cálculo da distância entre os municípios sede dos *campi* universitários e o município de residência dos alunos, utilizou-se o aplicativo “Google Maps”. Neste quesito, as ferramentas “origem” e “destino” presentes na referida plataforma do Google serviram para medir a distância entre o município da residência do aluno e o município do Campus onde ele se matriculou.

ANÁLISE DOS DADOS

Na tabela 01, buscou-se identificar singularidades da participação feminina nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Alagoas, considerando a matrícula do semestre letivo 2021.1. Os dados foram trabalhados por campus com o objetivo de identificar possíveis divergências sobre o comportamento da participação do gênero feminino por região.

Tabela 01 - **Participação feminina na graduação**

CAMPI	F		M		TOTAL	
	N	%	N	%	N	%
Campus I	1139	57%	866	43%	2005	38%
Campus II	261	71%	107	29%	368	7%



Campus III	968	64%	556	36%	1524	29%
Campus IV	345	64%	197	36%	542	10%
Campus V	348	66%	179	34%	527	10%
Campus VI	102	40%	154	60%	256	5%
Geral	3163	60%	2059	40%	5222	100%

Fonte: Dados do estudo, 2021

Depreende-se da análise dos dados que o gênero feminino é maioria nos cursos de graduação da Uneal, considerando-se o período estudado. Além disso, a representação feminina é de 60% do alunado vinculado a Universidade Estadual de Alagoas no primeiro semestre do ano de 2021; a maior participação do gênero feminino foi em cinco dos seis *campi*. Apenas no campus VI, situado em Maceió, a capital do Estado, a participação do gênero feminino foi menor que o gênero masculino, com 40% do total de alunos matriculados. Já a maior participação percentual do gênero feminino foi no campus II, em Santana do Ipanema, sertão do Estado de Alagoas. Na tabela 02, buscou-se identificar a média de idade da população feminina nos cursos de graduação da Uneal. O objetivo desta inferência foi verificar as convergências e divergências entre as populações.

Tabela 02 - Idade

Idade	Feminino	Masculino	Geral
Média	27 anos	29 anos	28 anos
Mínimo	17 anos	17 anos	17 anos
Máximo	64 anos	73 anos	73 anos

Fonte: Dados do estudo, 2021

Com base nos dados apresentados na tabela 02, percebe-se que a população feminina vinculada aos cursos de graduação da Uneal é, em média, “ligeiramente” mais jovem que o gênero masculino. Ambos os gêneros possuem representação de idade mínima de 17 anos, destarte, são convergentes neste estudo. Já em relação à divergência, o gênero masculino apresenta aluno com idade máxima de 73 anos, enquanto no gênero feminino a idade máxima identificada foi de 64 anos.

A seguir, na tabela 03, será estudada a relação da origem residencial dos discentes matriculados em 2021.1, comparando-se com a localização do Campus que eles se matricularam. O objetivo desta inferência é tentar compreender se existe diferença entre os gêneros, considerando que o deslocamento pode ser avaliado como um fator limitante ao ensino superior.

Tabela 03 - Localização discente

Variáveis		Campus I		Campus II		Campus III		Campus IV		Campus V		Campus VI		TOTAL	
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Feminino	Urbano	661	58	56	21	274	28	152	44	204	59	83	81	1430	45
	Rural / Fora	478	42	205	79	694	72	193	56	144	41	19	19	1733	55
	Total	1139	100	261	100	968	100	345	100	348	100	102	100	3163	100
Masculino	Urbano	535	62	19	18	171	31	101	51	119	66	120	78	1065	52
	Rural / Fora	331	38	88	82	385	69	96	49	60	34	34	22	994	48
	Total	866	100	107	100	556	100	197	100	179	100	154	100	2059	100
Total	Urbano	1196	60	75	20	445	29	253	47	323	61	203	79	2495	48
	Rural / Fora	809	40	293	80	1079	71	289	53	204	39	53	21	2727	52
	Total	2005	100	368	100	1524	100	542	100	527	100	256	100	5222	100

Fonte: Dados do estudo, 2021

Os dados da tabela 03 evidenciam que em 55% dos casos o gênero feminino é proveniente de outro município ou da zona rural do município onde existe o campus da Uneal. Diferente do gênero masculino, que apresenta um percentual de 48%. Os campi II, III e IV são os que apresentam os maiores percentuais de alunas provenientes da zona rural ou de outros municípios diferentes da localização do campus, ao qual se matricularam, com 79%, 72% e 56%, respectivamente. Em relação ao gênero masculino, a maior porcentagem foi para a representação de alunos no campus II, Santana do Ipanema, com percentual de 82% para os que vêm de outros municípios ou da zona rural da região. Na tabela abaixo, são evidenciados o quantitativo de municípios e o raio de alcance dos *campi* universitários da Uneal.

Tabela 04 - Alcance de atendimento

Campi	Cidades	Raio
Campus I	41	123 km
Campus II	28	96 km
Campus III	34	96 km
Campus IV	21	86 km
Campus V	10	77 km
Campus VI	23	89 km

Fonte: Dados do estudo, 2021

O campus I é o que possui o maior alcance entre os seis *campi* universitários, atingindo 41 municípios, além de Arapiraca. Ele possui também o maior raio de atendimento



com 123km considerando o município mais distante. O maior alcance do campus I se dá, possivelmente, por ofertar o maior número de vagas e opções de curso entre os demais *campi*.

Os campi II, III e V, além de atender aos municípios alagoanos com 28, 34 e 10 municípios respectivamente, atendem também a alguns municípios pernambucanos por fazer fronteira ou estar próximo da fronteira. Neste quesito, o campus II atende alunos de quatro municípios; o campus III, dois municípios e o campus V, um município, todos do estado do Pernambuco.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se neste trabalho, em primeiro momento, apresentar brevemente um levantamento histórico a respeito do acesso da mulher ao ensino superior no Brasil para se ter uma ideia das dificuldades pelas quais elas passaram. Neste quesito, pode-se afirmar que a trajetória da educação escolarizada feminina no ensino superior demorou muito para acontecer. Mais precisamente depois de cinco séculos, ou seja, no século XX foi quando as mulheres realmente tiveram presença expressiva no ensino superior brasileiro. Contudo, pode-se afirmar que atualmente as mulheres conseguiram grandes conquistas educacionais principalmente por causa do avanço da legislação e de políticas públicas educacionais voltadas para democratizar o acesso ao ensino superior.

Refletir brevemente sobre o itinerário histórico da educação no Brasil é entender a própria história do povo brasileiro e os contextos que influenciaram a construção de uma legislação educacional que possibilitasse acesso equânime a educação de homens e mulheres, inclusive no ensino superior.

No que diz respeito a análise dos dados da Uneal, pode-se dizer que estas informações são relevantes visto que o objetivo de monitorar o acesso educacional das mulheres ao ensino superior, através de estatísticas de gênero, significa estudar um conjunto de dados coletados, processados e apresentados de forma a fornecer informações sobre a situação das mulheres e dos homens, em um determinado contexto. E, conseqüentemente, analisar no referido grupo pesquisado as influências econômicas, políticas e sociais destas relações de gênero, em seus diversos grupos e áreas.

No caso da pesquisa realizada com os dados da Uneal, o trabalho objetivou verificar singularidades das estudantes matriculados nos cursos de graduação da Uneal em 2021.1. Como



resultado do estudo, verificou-se que o gênero feminino é maioria nos cursos de graduação da Uneal, considerando-se o período estudado. Além disso, verificou-se que a representação feminina foi de 60% do alunado vinculado a Universidade Estadual de Alagoas no primeiro semestre do ano de 2021.

Como limitações deste estudo, pode-se destacar que em virtude do ensino remoto imposto pela pandemia da covid-19, pode ter interferido no quantitativo da população deste estudo. Visto que os dados coletados, a partir do sistema acadêmico da Uneal, permitia a verificação do quantitativo de alunos com “Trancamento de Matrícula”, porém, não apresentava a data e nem justificativa deste procedimento, o que impossibilitou inferir se houve ou não interferência da pandemia e se esta suspensão da matrícula foi anterior a pandemia.

REFERÊNCIAS

ALVES, Karyna Régia Teles. **Feminismo e educação: como se dá a colaboração para que haja evolução coletiva?**. Anais VI CONEDU... Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/60515>. Acesso em: 17/07/2021 23:37

ARAGÃO, Milena; KREUTZ, Lúcio. **Do ambiente doméstico às salas de aula: novos espaços, velhas representações. Conjectura**, Caxias do Sul, v.15, n.3, p. 106-120, dez. 2010. Disponível em: www.ucs.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/download/.../400. Acesso em: 15 Jul. 2021.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. **A reversão do Hiato de Gênero na educação brasileira no século XX**. Cadernos de Pesquisa, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/277>. Acesso em: 12 jul. 2017

BRASIL, Ministério da Educação, (2000). **Indicadores de educação no Brasil**. Boletim. Assessoria de Comunicação Social – Brasília, 29 fev. 2000.

COMENIUS, I. J. **A Didática Magna**. Introdução, Notas e Tradução: Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa, PT: Fundação Caloutre Gulbenkian, 2001. Disponível em: http://www2.unifap.br/edfísica/files/2014/12/A_didactica_magna_COMENIUS.pdf Acesso em: 12 jul. 2021.

CUNHA, L. A. **A expansão do ensino superior: causas e consequências**. Debate e Crítica, n. 5, p. 27-58, 1975.

FROEBEL, Friedrich. **A educação do homem**. Passo Fundo: Editora da Universidade de passo



Fundo, 2001.

GRANDA, Alana. **IBGE: mulheres ganham menos que homens mesmo sendo maioria com ensino superior**. Rio de Janeiro: 2018. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-03/ibge-mulheres-ganham-menos-que-homens-mesmo-sendo-maioria-com-ensino-superior>. Acesso: 09 jul. 2021

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da educação brasileira**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

INEP. **Censo Escolar da Educação Superior 2016**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2016. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf . Acesso: 12 jul. 2021.

_____. **Censo Escolar da Educação Superior 2019**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2019. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso: 12 jul. 2021.

MARTINS, Antônio Carlos Pereira. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira** [online]. 2002, v. 17, suppl 3 [Acessado 17 Julho 2021], pp. 04-06. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001> . Epub 22 Abr 2003. ISSN 1678-2674. <https://doi.org/10.1590/S0102-86502002000900001>. Acesso em: 09 jul. 2021.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas**. 1998. 143 p. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Maringá.

RIBEIRO, A. I. M. **Mulheres educadas na Colônia**. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.79-94.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar**. 15. ed. Campinas: Autores Associados, 1998.

SAMPAIO, H. **O ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, João Ferreira dos. **A presença de Luís António Verney nas reformas pombalinas da educação (1759 – 1770)**. 2020. 117 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Tiradentes, Aracaju, 2020. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1_uNMxRZRDEKTGSK8vUtbEmae8ZIxCL/view. Acesso em: 10 jul. 2021.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. **Revista Educação Pública**, v.



19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acesso em: 15 jul. 2021.

TEIXEIRA, Anísio. A escola brasileira e a estabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.28, n.67, jul./set. 1957. p.3-29.